

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 1, DE 2007 – CD, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E RESPONSÁVEIS PELA CRISE DO SISTEMA DE TRÁFEGO AÉREO BRASILEIRO, CHAMADA DE “APAGÃO AÉREO”, DESENCADEADA APÓS O ACIDENTE AÉREO OCORRIDO NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2006, ENVOLVENDO UM BOEING 737-800, DA GOL (VÔO 1907) E UM JATO LEGACY, DA AMÉRICA EXCELAIRE, COM MAIS DE UMA CENTENA DE VÍTIMAS

**REQUERIMENTO Nº
(Dos Srs. Gustavo Fruet e Otavio Leite)**

Requer informações à ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil, a respeito de relatórios de sua Ouvidoria

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que seja solicitado à ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil – cópias do inteiro teor de relatórios da Ouvidoria que apontam falhas gravíssimas na administração da entidade.

JUSTIFICAÇÃO

As informações solicitadas tornam-se imperiosas para esclarecer fatos delituosos, objeto desta CPML, tendo em vista o publicado no jornal “Folha de São Paulo” de 07/08/2007, pág. C8:

“Faltam fiscais qualificados na Anac, diz sua ouvidoria
FELIPE SELIGMAN e IURI DANTAS

Segundo órgão interno, fiscalização é prejudicada também por falta de dinheiro

O documento descreve um cenário desolador, em que diretores brigam nas reuniões semanais e as contas não são pagas em dia

O primeiro diagnóstico da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) feito por sua ouvidoria interna mostra que a fiscalização do setor é prejudicada por falta de dinheiro e de pessoas qualificadas, além do excesso de burocracia, resultando em danos aos direitos dos passageiros.

"A falta de recursos humanos capacitados para o fiel cumprimento da tarefa fiscalizatória comprometem em suas bases o cumprimento das normas regulatórias e, em consequência, atingem em seu âmago os direitos dos consumidores dos serviços da aviação civil", diz o relatório obtido pela Folha.

O documento descreve um cenário desolador: diretores brigam constantemente nas reuniões semanais; não há fiscais qualificados;

faltam telefone, fax, impressora e instalações adequadas; há ausência de pessoal qualificado; as contas não são pagas em dia.

O relatório indica "despreparo" das empresas aéreas. "O cenário de crise revelou o total despreparo das companhias aéreas no atendimento a seus consumidores (...) demandando, urgentemente, que políticas e programas de defesa dos usuários da aviação civil transformem-se em eixo fundamental do exercício regulatório da Anac", afirma o documento.

A confecção do relatório é uma obrigação da ouvidoria. O texto foi encaminhado nesta semana ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, e aos diretores da instituição. Indagados oficialmente pela ouvidoria sobre os principais problemas, Milton Zuanazzi, Denise Abreu, Leur Lomanto, Jorge Velloso e Josef Barat nada responderam.

O mesmo pedido foi feito para a corregedoria, procuradoria, superintendências, gerências-gerais, gerências-regionais e assessorias da agência. Apenas a Arus (Assessoria de Relações com os Usuários) e quatro das sete Gerências Regionais responderam. A Arus, que conta com sete pessoas, reclama da falta de funcionários. Esse é o motivo para 31,4% das reclamações de usuários recebidas de fevereiro a julho ainda não terem sido concluídas.

A Anac foi criada em março de 2006 em substituição ao antigo DAC (Departamento de Aviação Civil). Hoje, tem 2.280 funcionários, sendo que os 584 aprovados no primeiro e único concurso da agência não assumiram. Procurada para comentar o relatório, a Anac não quis se manifestar.

A falta de pessoal também é criticada pela gerência-regional nº 6 - responsável pelo Distrito Federal, Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul-, que observa a presença de militares "desanimados" com o trabalho. As gerências nº 3 (Rio, Espírito Santo e Minas Gerais) e nº 7 (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) relatam problemas semelhantes. Já na gerência-regional nº 1 (Pará, Maranhão e Amapá), as principais reclamações são a "impunidade e descaso com todas as formas de fiscalização" e a falta de dinheiro, o que deixa os processos administrativos "estagnados", além de contas atrasadas."

Sala da Comissão, 07 de agosto de 2007.

Deputado GUSTAVO FRUET
PSDB/PR

Deputado OTAVIO LEITE
PSDB/RJ